



PARECER ÚNICO SUPRAM TM/AP

PROTOCOLO Nº 0744020/2012

Indexado aos Processos

| Licenciamento Ambiental nº 4747/2011/002/2012 | Licença de Instalação Corretiva (LIC) | DEFERIMENTO |
|--|--|-------------|
| Outorga Processo nº 09074 | Perfuração de poço tubular | Deferida |
| Outorga Processo nº 09073/2012 | Perfuração de poço tubular | Deferida |
| Outorga Processo nº 16199/2011 | Poço tubular | Deferida |

| | |
|---|------------------------|
| Empreendimento: SALUS FUNDO DE INVENSTIMENTO IMOBILIÁRIO – FII | |
| CNPJ: 13.012.312/0001-67 | Município: ARAGUARI/MG |
| Unidade de Conservação: - | |
| Bacia Hidrográfica: Rio Paranaíba | Sub Bacia: |

Atividades objeto do licenciamento:

| Código DN 74/04 | Descrição | Classe |
|-----------------|---|--------|
| E- 01-15-5 | TERMINAL DE PRODUTOS QUÍMICOS E PETROQUÍMICOS | 6 |
| F- 06-01-07 | POSTOS REVENDORES, POSTOS OU PONTOS DE ABASTECIMENTO, INSTALAÇÕES FLUTUANTES DE COMBUSTÍVEIS E POSTOS REVENDEDORES DE COMBUSTÍVEIS DE AVIAÇÃO | 5 |

| | |
|---|--|
| Medidas mitigadoras: <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO | Medidas compensatórias: <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO |
| Condicionantes: <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO | Automonitoramento: <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO |

| | |
|--|---------------------------|
| Responsável Ambiental pelo Empreendimento Sergio Alberto Rosenwald e Juarez Célio da Gama Dias Costa | Registro de classe |
| Responsável Técnico pelos estudos Técnicos Apresentados Lume – Estratégia Ambiental – Frederico Arthur Souza Leite | Registro de classe |

| | |
|---|------------------|
| Relatório de vistoria/auto de fiscalização: 004142/2012 | DATA: 24/08/2012 |
|---|------------------|

| Data: 17/09/2012 | | |
|--------------------------------|---------------------------|-------------------|
| Equipe Interdisciplinar | Registro de classe | Assinatura |
| Amilton Alves Filho | | |
| Alexssandre Pinto de Carvalho | | |
| Beatriz Bessa da Silva | | |
| Ricardo Rosa Milha Bello | | |
| Kamila Borges Alves | | |
| José Roberto Venturi | | |



1. INTRODUÇÃO

A Salus Fundo de Investimento Imobiliário- FII, situada no distrito industrial de Araguari/MG, neste ato devidamente representada pelo seu procurador vem, através do Procedimento Administrativo - PA COPAM Nº 4747/2011/002/2012 requerer Licença de Instalação Corretiva (LIC), para as atividades de Terminal de Produtos Químicos e Petroquímicos (E- 01-15-05), Postos Revendedores, Postos de Abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustível e postos revendedores de combustíveis de aviação (F-06-01-07).

Atualmente o empreendimento possui uma licença de Operação Corretiva (LOC) aprovada na 89ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente realizada em 15/06/2012 para as atividades de Terminal de cargas, exceto minérios, gás natural, petróleo, produtos químicos e petroquímicos (E-01-16-03), Ferrovias – Instalação de pêra ferroviária (E-01-04-01) e Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis (F-06-01-07).

No dia 15/03/2012 a Salus Fundo de Investimento Imobiliário - FII formalizou o processo em referência, solicitando Licença de Operação Corretiva (LIC), protocolando o Estudo de Impacto Ambiental – EIA, o devido Relatório de Impacto Ambiental – RIMA e o Plano de controle Ambiental – PCA contemplando as atividades a serem executadas, sendo classificado pela DN COPAM 74/2004, como classe 06 e porte grande.

Nos termos da legislação vigente, foi aberto o prazo de 45 dias, contados da publicação do requerimento da licença na Imprensa Oficial de Minas Gerais (IOF), dia 18/07/2012, para solicitação de realização de Audiência Pública, contudo não houve requerimento para a realização de audiência pública.

A vistoria realizada no empreendimento ocorreu no dia 24/08/2012. A vistoria teve como intuito subsidiar a análise técnica da SUPRAM TMAP, verificando todas as instalações do empreendimento, as áreas destinadas às novas atividades, bem como o sistema de controle ambiental desenvolvido pela empresa. Em vistoria foi constatado que a empresa já estava em instalação, razão pela qual foi lavrado o auto de infração nº 45702/2012, face o descumprimento das normas ambientais.

O coordenador responsável pela área da empresa é o Sr. Juarez Célio da Gama Dias Costa e a empresa responsável pela apresentação de todos os estudos ambientais é a Lume Estratégia Ambiental, tendo como coordenador de projetos o Sr. Frederico Arthur Souza Leite

As informações aqui descritas foram extraídas dos estudos técnicos apresentados e pelas constatações em vistoria.

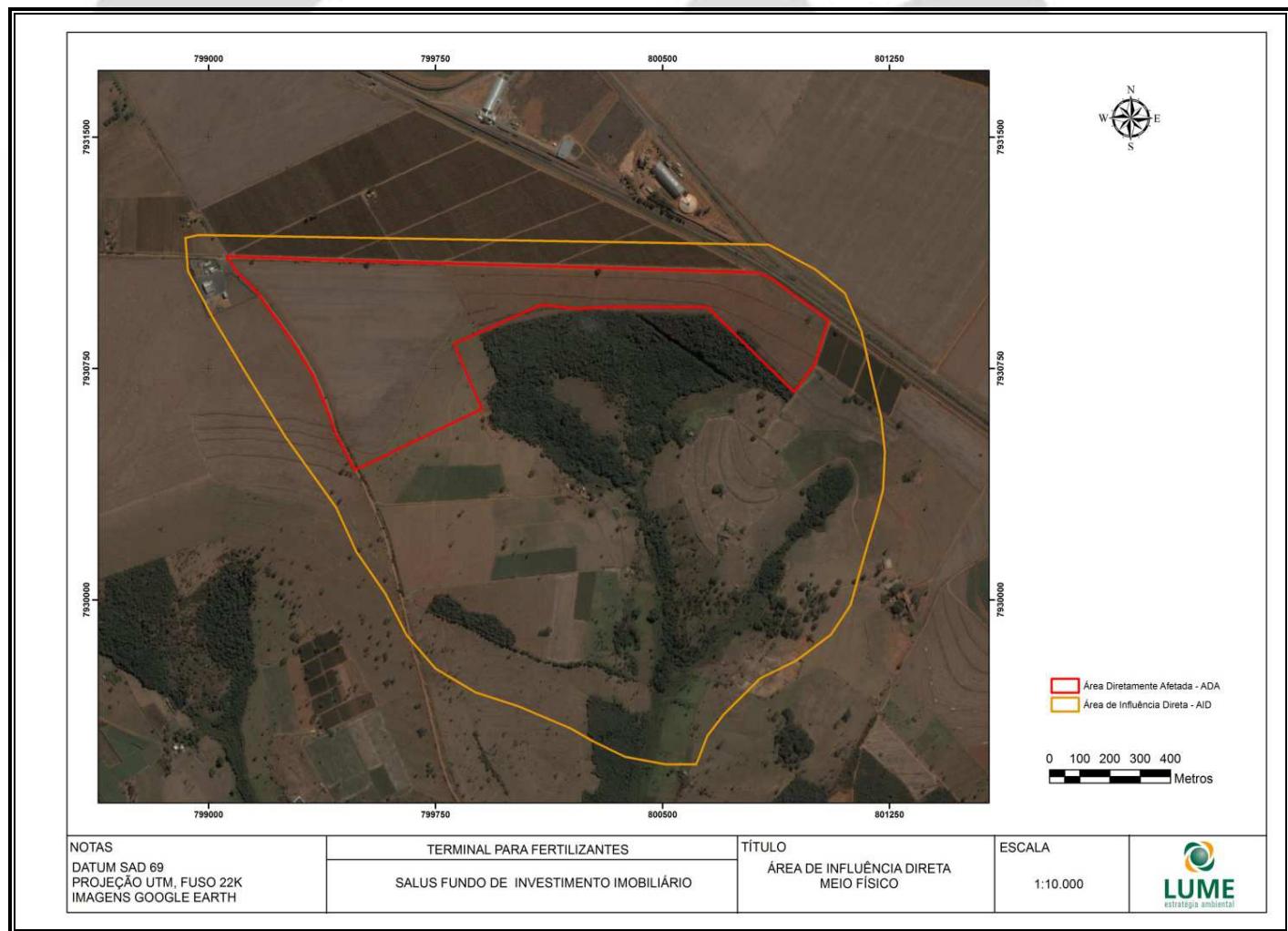


2. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A Salus Fundo de Investimento Imobiliário – FII está localizada no Terminal Integrador de Araguari/MG, distrito industrial no prolongamento da Rua Otacílio Pinto de Oliveira nas seguintes coordenadas geográficas (22 K) 800184- longitude oeste e 7930696- latitude sul. O acesso se dá a partir do trevo de ingresso a cidade de Araguari/MG rodovia BR 050 daí segue pela estrada que liga as cidades de Araguari/MG a Indianópolis (rodovia MG 028) por 5 Km até a passagem de nível sobre a ferrovia, chegando até a área do empreendimento. A localização do empreendimento é próxima a malha Ferroviária Centro Atlântica – FCA, de forma a permitir o acesso à unidade portuária (Porto Tubarões/ES) para efetivação das exportações e importações.

De acordo com os estudos ambientais apresentados a área total destina a instalação e operação do empreendimento é de 464.640 m², conforme figura 01.

Figura 01 – Área Diretamente Afetada (ADA) e Área Indiretamente Afetada (AID)



Fonte: EIA, Salus Fundo de Investimento Imobiliário, 2012.

O terminal contemplará uma unidade para armazenagem e transbordo de grãos e outra para fertilizantes, com opção multimodal de transporte (ferroviário-rodoviário), pêra ferroviária, lavador de



vagões, pátio de estacionamento de caminhões e carretas, posto de inspeção de vagões, unidades de apoio, além de um posto de abastecimento de locomotivas. Os fertilizantes a serem transportados e armazenados no empreendimento virão do Porto de Tubarão/ES e chegarão ao terminal via transporte ferroviário, visando os centros consumidores na região do Triângulo Mineiro e Goiás. Serão instalados aparelhos de mudança de vias- AMV (1: 10) a partir da linha férrea existente, prevendo a ligação da pêra ferroviária do Terminal Integrador de Araguari com a linha férrea existente da FCA para a acomodação de vagões e execução da operação de expedição.

O EIA dispõe que o terminal de fertilizantes terá o regime de funcionamento de 24 horas/dia, 07 dias por semana. A unidade contará com 125 empregados. Haverá um turno administrativo de 08 horas e a produção irá operar em 03 turnos com revezamento de profissionais. Com já mencionado o terminal integrador de Araguari/MG compreende a chegada de grãos (soja, farelo, milho e trigo) via transporte rodoviário para posterior carregamento nas tulhas ferroviárias e direcionadas para exportação pelo Porto de Tubarão no Espírito Santo.

Conforme o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), o fluxo do transbordo de fertilizantes compreenderá basicamente a recepção deste insumo vindo do Porto de Tubarão/ES, por transporte ferroviário, com descarregamento no empreendimento e carregamento rodoviário para sua distribuição pelo país. O terminal de fertilizantes será composto por moega ferroviária na recepção da unidade, transportadores de correia por onde serão conduzidos os produtos fertilizantes, um grande galpão de armazenamento com oito divisórias e duas tulhas de expedição rodoviária. O conjunto de armazéns do tipo galpão terá capacidade total de 44.000 toneladas e dimensões de 42 metros de largura por 160 metros de comprimento. O piso interno terá diferentes camadas, contendo colchão de areia para ajuste fino e regularização do terreno, película de polietileno, argamassa, armadura telas soldadas e concreto usinado com microssílica, o qual receberá acabamento desempenado. O piso para armazenamento de fertilizantes será plenamente impermeável de forma a garantir toda a estanqueidade evitando o contato dos produtos com o solo. Na área de trabalho das pás-carregadeiras será construído um túnel com base de concreto para instalação dos transportadores de correia que levarão o produto fertilizante até o setor de expedição, externamente ao galpão. Sobre esta base serão fixados registros para a alimentação dos transportadores de correia de expedição.

Conforme o estudo ambiental protocolado, será construído tulhas rodoviárias para expedição dos fertilizantes, um sistema de caixa elevada receberá o produto do transportador de correia por meio de válvulas e canalizações. O sistema terá cones inferiores com registros e as duas balanças estáticas de pesagem rodoviária, instaladas na área inferior da tulha e trombas telescópicas. Serão duas tulhas rodoviárias com capacidade para 2 caminhões simultâneos, tendo as seguintes dimensões: 10,70 m de largura x 18,00 m de comprimento. Ao todo no terminal de fertilizantes existirão sete transportadores de correia, sendo que junto às passarelas a serem construídas e pontos de troca de transportadores serão instalados sistemas de captação de pó. O terminal de fertilizantes terá sistema automotizado para



operação e o comando dos equipamentos de todo o sistema nas diversas operações, através da análise dos sensores de campo, incluindo o inter travamento para evitar derramamento de produto em caso de parada, bem como o contínuo monitoramento das variáveis do processo.

Durante a vistoria foi verificado que parte das estruturas destinadas ao empreendimento estava instalada, incluindo o lavador de vagões destinado a lavagem dos vagões que após o descarregamento com uréia, serão limpos a fim de receber os grãos da próxima unidade do terminal sem contaminá-los. As composições chegarão do Porto de Tubarões (ES) carregadas de fertilizantes, ajustadas da seguinte forma: 02 (duas) locomotivas conectadas a 20 vagões vazios mais 02 (duas) locomotivas conectadas a 40 vagões carregados com fertilizantes, dos quais 15 ou 20 estarão carregados com uréia. Os vagões vazios serão direcionados para o carregamento nas tulhas ferroviárias, junto ao terminal de grãos, enquanto os 15 ou 20 vagões responsáveis pelo transporte de uréia, após o descarregamento, serão limpos para receber, também, carga de grãos. De acordo com os estudos ambientais, a lavagem dos vagões ocorrerá em um prazo de 3 a 4 horas de trabalho e, ainda, a operação deste espaço poderá chegar a 24 horas diárias, com até 04 composições lavadas por dia. Espera-se a utilização de no máximo 3.200 litros/ hora, uma vez que o equipamento apontado para lavagem será uma pistola lavadora de alta pressão (5 W- 2.175 lb/pol²). O fornecimento de água para lavagem e complementações dos volumes serão advindos de um poço tubular e dos volumes dos sistemas de Tratamento de Efluentes Líquidos que funcionará em circuito fechado conforme figura 02.

Antes de ocorrer à lavagem, os vagões serão limpos e removidas as sujeiras sólidas, através do emprego de ferramentas manuais. Os resíduos deste processo caem pelo fundo do vagão e retornam ao armazenamento.

Outro componente que está sendo construído na unidade industrial é o Posto de armazenamento para abastecimento das locomotivas. Trata-se de um conjunto de instalações que possuem equipamentos e sistemas para o armazenamento de combustível, com registrador de volume apropriado para o abastecimento de equipamentos móveis. O posto de abastecimento será construído numa área de aproximadamente 7.400 m², sendo o diesel o combustível utilizado para o abastecimento das locomotivas. O posto de abastecimento será composto pela seguinte infraestrutura: área administrativa do posto de abastecimento; área de abastecimento de combustível; área de tancagem; casa de bombas; área de descarga de combustível; tanque de acúmulo de efluentes tratados na SÃO; sistema de fornecimento de água para utilidades, sistema de combate a incêndio e área de circulação de veículos.

De acordo com o EIA, na área de tancagem haverá 02 (dois) tanques aéreos verticais com capacidade de armazenamento de 250 m³, cada, totalizando uma capacidade de armazenamento de 500 m³ de produto combustível (óleo diesel). Os tanques serão posicionados dentro de uma bacia de contenção com as seguintes dimensões: comprimento de 24,60 metros; largura de 13,63 metros e altura de 1,250 metros. No interior da bacia de contenção dos tanques, no piso, existe canaleta com o objetivo de coletar os resíduos oleosos provenientes de eventuais derrames ou vazamentos e conduzir para o



sistema SAO por meio de tubulação de drenagem oleosa. Na área de tancagem (anexa à bacia de contenção dos tanques aéreos verticais de diesel) existirá outra bacia de contenção onde se encontra instalado um tanque metálico aéreo horizontal com capacidade de armazenamento de 30 m³, utilizado para armazenar óleo lubrificante. A bacia de contenção para o tanque de óleo lubrificante possuirá as seguintes dimensões: comprimento 13,63 metros; largura de 6,59 metros e altura de 0,60 metros. A rede de drenagem oleosa estará interligada à rede de drenagem da bacia e contenção dos tanques aéreos utilizados para armazenamento de diesel. No lado externo da bacia de contenção, interligado ao sistema de drenagem haverá uma válvula de bloqueio, sendo aberta somente durante a operação de drenagem de efluentes líquidos gerados no interior da bacia de contenção. Os sistemas a serem construídos deverão estar em conformidade com as normas técnicas vigentes, tais como o ABNT NBR 17505-02.

Para a realização da operação de abastecimento das locomotivas haverá 02 (dois) bicos para abastecimento de diesel e 02 (dois) bicos para abastecimento de óleo lubrificante. A operação de abastecimento de locomotivas será realizada com a utilização de motobomba. A motobomba estará interligada entre os bicos de abastecimento e os tanques aéreos. Para aferição do volume abastecido, todos os bicos serão dotados de medidores volumétricos de alta vazão (EIA, Salus Fundo de Investimento, 2012).

Na área do posto de abastecimento haverá 02 (duas) áreas para realização de descarga de produto. Uma área de descarga receberá produto combustível por meio de transporte ferroviário, através de vagão tanque e a outra área de descarga receberá produto combustível por meio de transporte rodoviário, através de caminhão tanque.

Vale ressaltar que o local de abastecimento de vagões somente poderá operar quando obtiver licença de operação do órgão ambiental e autorização do corpo de bombeiros militares de Minas Gerais. O corpo de Bombeiros será o responsável por aprovar o projeto de combate a incêndio.

Em toda a área do Posto de abastecimento onde há a probabilidade da ocorrência de geração de efluentes líquidos oleosos foi projetada a rede de drenagem oleosa. A rede de drenagem estará interligada em todas as áreas do Posto de Abastecimento e por meio de tubulações coletarão os efluentes líquidos gerados e direcionarão os mesmos para caixa separadora de água e óleo, a ser construída para atender especificamente o Posto de Abastecimento. Dessa forma, a rede drenagem será instalada para coletar os efluentes líquidos das seguintes áreas: bacia de contenção dos tanques aéreos verticais de armazenamento de diesel; bacia de contenção do tanque aéreo horizontal de armazenamento de lubrificantes; área de abastecimento de diesel e lubrificante; área de descarga por meio de vagão tanque; área de descarga por meio de caminhão tanque; áreas das casas de bombas que realizam a operação de abastecimento e descarga. O óleo livre será separado e direcionado para a câmara de coleta de óleo, para posterior destinação ambientalmente correta. O óleo separado na câmara de coleta de óleo da SAO será coletado e disposto temporariamente no abrigo de resíduos, dentro de tambores metálicos, para destinação final, conforme prevê a legislação ambiental.



2.2. MEIO FÍSICO

De acordo com o EIA/RIMA apresentado o empreendimento da Salus Fundo de Investimento Imobiliário – FII está situada em uma região de clima tropical de savana com temperatura média anual variando entre 18 °C e 30,6 °C, com inverno seco e verão chuvoso e um total de chuvas variando entre 1.100 e 1.500 mm anuais. A forma de relevo existente na região é caracterizada por topos tabulares e áreas de domínio de formas planas e suave onduladas. Conforme o EIA, na Área Diretamente Afetada (ADA) que totaliza 46 hectares o tipo de solo predominante é pertencente à classe dos latossolos, sendo classificado com latossolo vermelho distróficos, com textura argilosa, não sendo constatado nenhuma ocorrência de outro tipo de solo. A textura do solo refere-se à proporção das frações argila, silte e areia. Há uma tendência de solos originários de rochas psamíticas apresentarem altos teores de areia e baixos teores de argila. Por outro lado os solos derivados de rochas de textura fina, tais como: argilitos, folhelhos e ardósias (rochas pelíticas) apresentam baixo teor de areia e alto teor de argila. O solo classificado com de textura argilosa possui a % de argila maior do que 35 e a % de areia menor ou igual a 15%. Normalmente a fração silte serve como indicadora do grau de intemperização do material de solo. Materiais grosseiros resistentes ao intemperismo, tais como o quartzo, material enriquecido ou cimentado por óxidos de ferro, não são ativamente destruídos pelo intemperismo nem removidos do sistema por erosão. Assim, formam camadas cascalhentas ou pedregosas na superfície do solo, as quais podem ser posteriormente cobertas por um novo material.

Consta no EIA os resultados obtidos com a Prospecção Espeleológica conduzida na área do empreendimento. Sendo que, a área objeto do estudo possui um total de 199,59 hectares (total), sendo 45 hectares da Área Diretamente Afetada (ADA) e 145,09 hectares à área de entorno da ADA, correspondente a uma faixa adicional de 250 metros a partir de seus limites. Conforme apresentado na região de interesse do terminal prevalece litologia de baixo potencial espeleogenético e ainda através de análise e observação de campo constata-se que não existe cavidades ou feições cársticas.

Em relação à qualidade do solo e a sua permeabilidade foram realizadas amostragem em três 03 (três) pontos denominados de S-01 (terminal de fertilizantes), S-02 (amostra colhida a jusante de um bacia de infiltração) e S-03 (amostra colhida no local onde será instalado um posto de combustível). A permeabilidade avaliada nas amostras encontra-se discriminadas no quadro 01.

Quadro 01 – Coeficiente de permeabilidade do solo

| Pontos | Coeficiente de Permeabilidade | Qualificação | Tipos de materiais |
|-------------------------------------|-------------------------------|-------------------------------------|--|
| S 01 (Terminal de Fertilizantes) | $K_{20} = 1,1 \times 10^4$ | Pouco Permeável | Silte arenoso, silte e argila siltosa |
| S 02 (Bacia de Infiltração) | $K_{20} = 2,8 \times 10^{-3}$ | Impermeável a pouco permeável | Argila compactada, ardósia, granito/ Silte arenoso, silte e argila siltosa |



| | | | |
|--------------------------------|-------------------------------|--------------------|---------------------------------------|
| S 03 (Posto de combustível) | $K_{20} = 1,1 \times 10^{-4}$ | Pouco Permeável | Silte arenoso, silte e argila siltosa |
|--------------------------------|-------------------------------|--------------------|---------------------------------------|

Fonte: EIA, Salus Fundo de Investimento Imobiliário, 2012.

Assim, os solos da área diretamente afetada são poucos permeáveis demonstrado que os locais avaliados apresentam níveis de compactação devido as atividades antropicas existentes na área.

Ainda o estudo apresentou dados referentes à qualidade do solo em conformidade com a Deliberação Normativa 166 de 29 de junho de 2011 que estabelece os valores de Referencia de Qualidade dos Solos para o Estado de Minas Gerais, sendo nos pontos S-01, S-02 e S-03 os limites de parâmetros orgânicos e inorgânicos ficaram abaixo dos limites exigidos pelas normas vigentes no Estado de Minas Gerais.

O empreendimento projetado estará localizado a 4,2 Km do Parque Estadual do Pau Furado e 4,7 Km do Parque Municipal Jonh Kennedy do município de Araguari. No entanto, não está inserido dentro da zona de amortecimento do respectivo parque, conforme figura 02.

Figura 02 – Zona de amortecimento do Parque Estadual do Pau Furado.



Fonte: Google earth, 2012.



2.2.1 UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

O empreendimento está localizado na bacia hidrográfica do rio Paranaíba e os principais afluentes próximos são: rio Araguari, rio Jordão e córrego Grande.

De acordo como o EIA/RIMA, o consumo de água no empreendimento está relacionado ao consumo dos empregados do local, lavagem de vagões após descarga de fertilizantes para carga de grãos, umectação de vias e pátios e estocagem para prevenção e combate a incêndio. Na operação estão previstos 125 empregados, sendo estimado um volume médio diário da ordem de 22,5 m³/dia. Para o lavador de vagões estima-se um consumo de 8.533 litros por dia. Sendo que neste caso os efluentes serão direcionados para uma Estação de Tratamento (ETEQ) e será reutilizado na própria atividade de lavagem. Assim, não haverá descarte de água deste sistema de tratamento.

Para atender a demanda hídrica da atividade em questão existe 01 (um) poço tubular perfurado na coordenadas (S 18° 41' 38" e W 48° 09' 38") regularizado junto ao órgão ambiental conforme processo administrativo nº 16199/2011. E ainda existem 02 (duas) autorizações para perfuração de poço tubular nas seguintes coordenadas (S 18° 41' 25" W 48° 9' 11" – poço 1) e (S 18° 41' 24" e W 48° 9' 47"- poço 2) regularizado junto ao órgão ambiental conforme processos administrativos nºs 09073/2012 e 09074/2012).

Em conformidade com os estudos apresentados foram apresentadas analise referentes a qualidade da água na área de interesse do terminal integrado de Araguari/MG, sendo coletadas analises para qualidade de água em 02 (dois) pontos (figura 03) :

Ponto 1: Poço artesiano existente dentro do empreendimento, coordenadas (X : 7.930; Y : 799.533) sendo os resultados obtidos na analise comparados com os padrões da Resolução CONAMA 396/2008.

Ponto 2: Nascente formadora do córrego Grande, coordenadas (X: 7.930.604 e Y : 800.088) Ponto este localizado a jusante do terminal fora da Área Diretamente Afetada (ADA).

Em relação ao ponto 1 os valores apurados encontram-se em conformidade com o estabelecido na Resolução CONAMA 396 que estabelece padrões de água subterrânea.

Em relação ao ponto 02, localizado fora da área diretamente afetada existem inconformidades relativa aos seguintes parâmetros: cobre, ferro solúvel e fósforo total. O EIA aponta que o ponto 02 encontra-se inserido em uma área de floresta com considerável concentração de matéria orgânica levando a ocorrência natural de determinados elementos químicos e ainda existe a possibilidade de carreamento de sedimentos oriunda de atividades agrícolas e industriais no entorno.

2.2.2 QUALIDADE DO AR

O Estudo apresentado avaliou preliminarmente de forma qualitativa os possíveis impactos do empreendimento à qualidade do ar local com ênfase a 02 (dois) fatores: a natureza química do material particulado que será emitido e a posição geográfica do empreendimento. Com relação ao primeiro



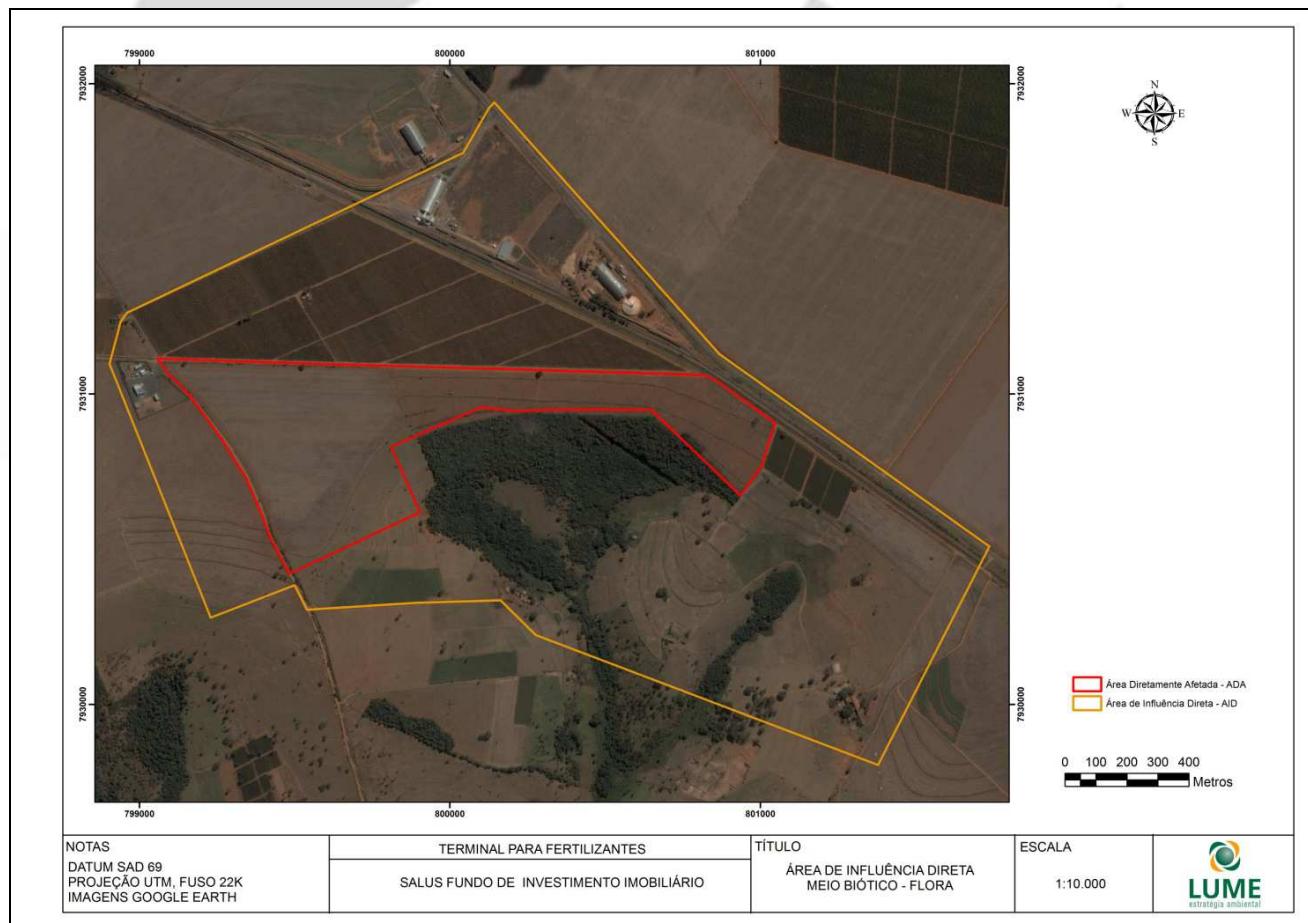
aspecto foi demonstrado que, na concentração em que serão emitidas e dispersas na atmosfera, as substâncias geradoras de partículas não apresentam efeitos tóxicos à saúde pública. Destaca-se que não ocorrerá processamento de matéria-prima dentro do terminal, mas apenas transbordo e armazenamento.

2.3 MEIO BIOTICO

2.3.1. Flora

De acordo com o EIA, a Área Diretamente Afetada (ADA) caracteriza-se pela predominância de espécies de gramíneas forrageiras, como *Brachiaria sp* (capim braquiária), e pela ocorrência de alguns indivíduos arbóreos isolados (Figura 02).

Figura 02- Delimitação da área de estudo da flora



Fonte: EIA, Salus Fundo de Investimento Privado, 2012.

De acordo com o Inventário Florestal realizado na ADA foram observadas 17 espécies, pertencentes à 14 gêneros e 7 famílias, em um total de 35 indivíduos (quadro 02). Os resultados referentes à volumetria apontam 40,5847 m³ de lenha referente aos 35 indivíduos.



Quadro 02- Lista de espécies arbórea encontrada na Área Diretamente Afetada.

| Nome comum | Número de individuo | Hábito |
|---------------------|---------------------|--------------------|
| Marolo-do-cerrado | 1 | Arvore |
| Pindaíba | 1 | Arvore |
| Pequi | 2 | Árvore |
| Sucupira- preta | 01 | Árvore |
| Copaíba | 02 | Árvore |
| Faveira- do campo | 01 | Arvore |
| Jatobá | 02 | Árvore |
| Jacarandá | 03 | Árvore |
| Jacarandá Cascudo | 10 | Árvore |
| Jacarandá Paulista | 01 | Árvore |
| Sucupira branca | 01 | Árvore |
| Barbatimão | 01 | Árvore |
| Falso Barbatimão | 01 | Árvore |
| Paineira do Cerrado | 01 | Árvore |
| Falsa – goiabeira | 01 | Árvore |
| Maminha de porca | 01 | Árvore |
| Pau-terra | 01 | Arvoreta |
| TOTAL | 35 | Árvores e Arvoreta |

Fonte: Adaptado do EIA, Salus Fundo de Investimento Imobiliário 2012.

2.3.2. Fauna

Os dados expostos abaixo para caracterização da área de influência do empreendimento referem-se àqueles apontados no EIA/RIMA protocolado.

- herpetofauna: conforme informado no EIA foram realizados duas campanhas de campo para levantamento das características relativas a este grupo faunístico, sendo a primeira nos dias 17 e 20 de novembro de 2010, no início da estação chuvosa e a segunda campanha realizada entre os dias 15 e 17 de maio de 2012.

Na primeira campanha foram registradas 12 espécies da herpetofauna nas áreas de estudo do terminal. Destas, 10 espécies pertencem à classe Amphibia, sendo classificados em uma ordem, sete gêneros e distribuídas em cinco famílias: Hylidae (3 spp.), Leptodactylidae (3 spp.), Leiuperidae (2 spp.), Bufonidae (1 sp.), Craugastoridae (1 sp.).

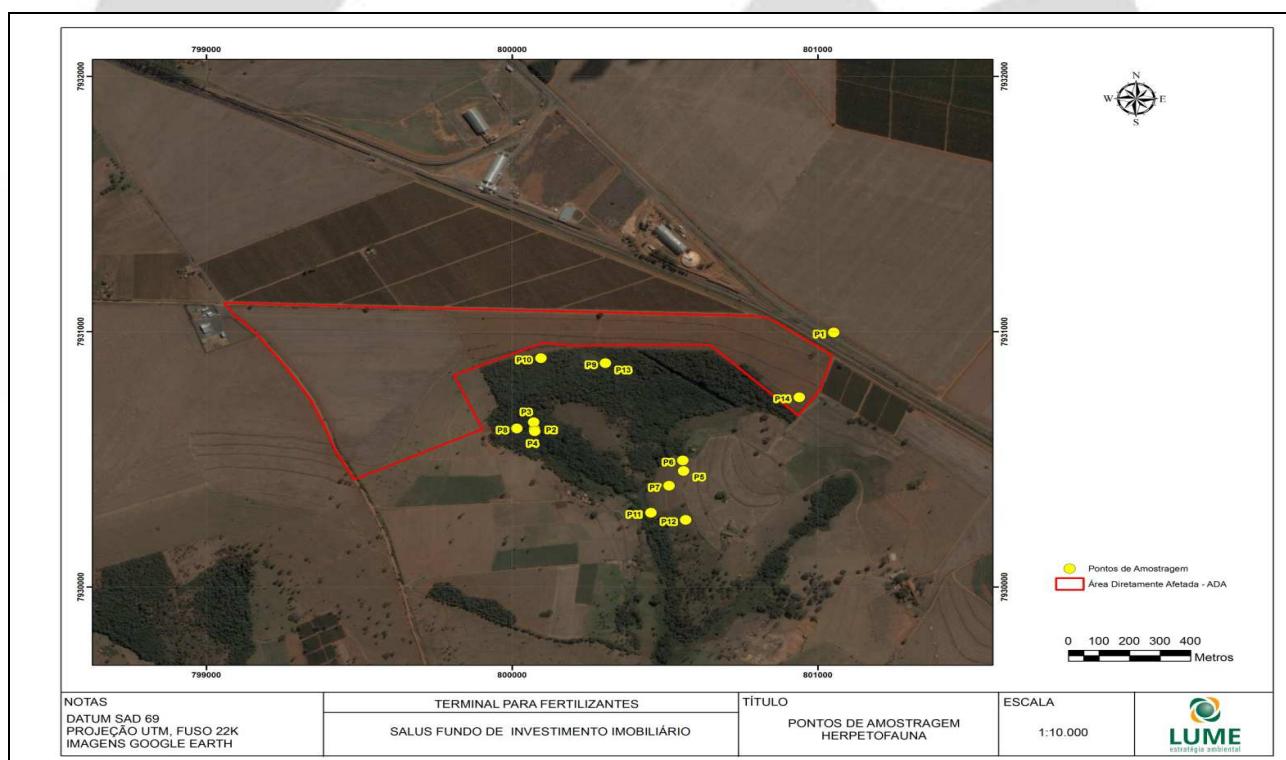


Como resultado da segunda campanha, na área de estudo, cinco espécies de anuros foram registradas de duas famílias Hylidae e Leptodactylidae.

Foram registradas duas espécies da classe Reptilia, na primeira campanha, pertencentes a dois gêneros e duas famílias: Teiidae (1), Tropiduridae (1). Na segunda campanha foram registrados somente indivíduos do gênero *Tropidurus*. Os indivíduos de *T. merianae* que foram registrados na área de entorno durante a movimentação da equipe entre os pontos de amostragem, foram observados sempre na borda da mata.

Todas as espécies observadas são consideradas comuns, pouco exigentes e de baixa sensibilidade à fragmentação. Uma espécie é endêmica do Cerrado *Hypsiboas lundii* e nenhuma é considerada ameaçada de extinção (IUCN, 2011; MACHADO et al., 2008; COPAM, 2010), citado pelo EIA, Salus Fundo de Investimento, 2012.

Figura 03. Distribuição dos pontos de amostragem de fauna



Fonte: EIA, Salus Fundo de Investimento Privado, 2012.

- mastofauna: De acordo com o EIA o inventário de dados primários da mastofauna residente na área de estudo apontou a presença de 19 espécies de médio e grande porte. Das espécies contabilizadas, nove delas (47%) foram de fato detectadas em campo enquanto que o restante foi registrado por meio de entrevistas com moradores da área de estudo.

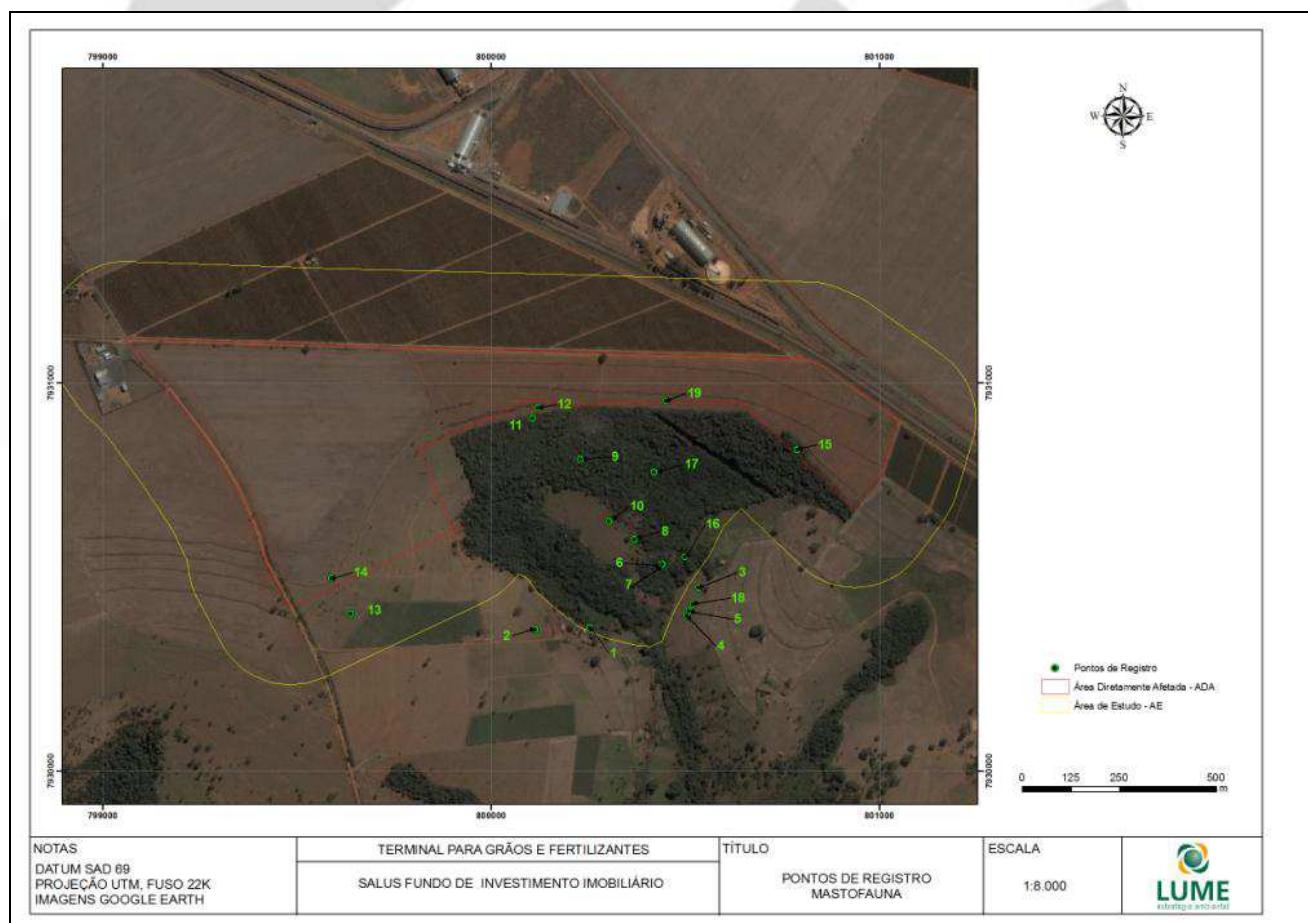
Duas espécies registradas por meio de vestígios são consideradas ameaçadas de extinção, o tamanduá-bandeira (*M. tridactyla*) é listado como Vulnerável a extinção nos três níveis de avaliação (mundial, nacional e estadual) (MACHADO ET AL., 2008; IUCN, 2011; COPAM, 2010). Já o lobo-guará



(*C. brachyurus*) também aparece como Vulnerável à extinção a nível nacional e estadual. A área possui interferências de pastagem, fluxo intenso de veículos leves e pesados, permanência constante de trabalhadores da construção civil e ruídos provenientes das máquinas. Tais características levam a crer que o uso da área pela fauna de mamíferos ocorra eventualmente e em curtos períodos, principalmente, durante a noite.

O estudo indica ainda que durante a amostragem foi registrada a presença de bovinos (*Bos taurus*), tanto de indivíduos quanto de carcaças, cães (*Canis lupus familiaris*) e gatos domésticos (*Felis catus*) por toda extensão do fragmento vizinho à ADA. Indicando nesse caso que diversos moradores da cidade de Araguari/MG e alguns produtores rurais depositam resíduos de forma inadequada na Área de Influência Indireta do empreendimento.

Figura 04 – Pontos de amostragem



Fonte: EIA, Salus Fundo de Investimento Imobiliário, 2012.

- avifauna: A campanha para diagnóstico ocorreu entre os dias 18 e 19 de novembro de 2010 quando foram identificadas apenas 88 espécies de aves, distribuídas em 34 famílias. Na segunda campanha que ocorreu entre os dias 15 e 17 de maio de 2012 foram levantadas 38 espécies pertencentes a 25 famílias. Dentre elas, de acordo com o levantamento apresentado, somente a Arara-Canindé (*Ara*



ararauna) consta na lista de espécies Vulneráveis para o estado de Minas Gerais conforme DN 147/2010.

Figura 05- Pontos Amostrais da Avifauna na área de estudo primeira e segunda campanha.



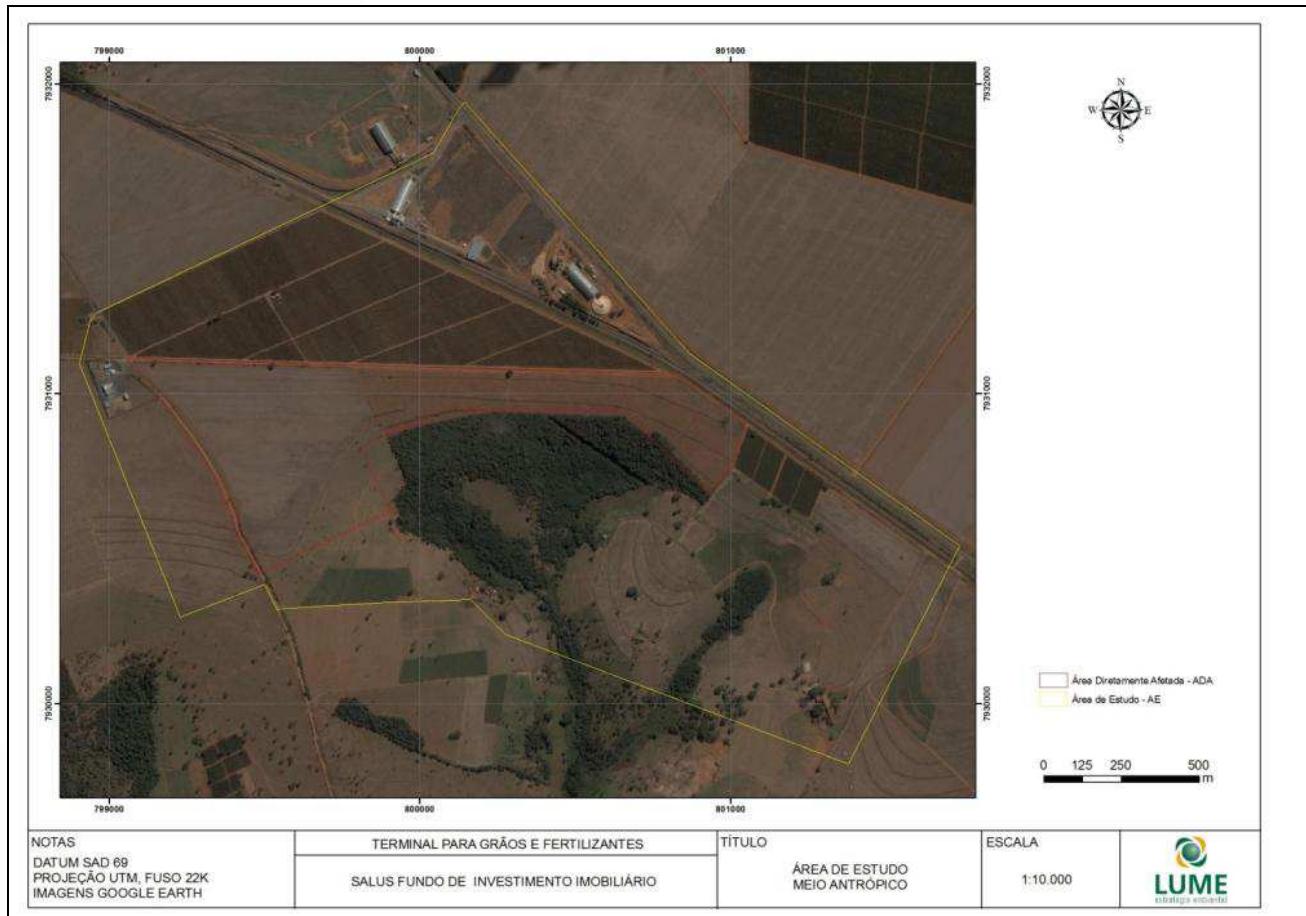
Fonte: EIA, Salus Fundo de Investimento, 2012.

O estudo aponta que a partir dos resultados apresentados, no levantamento pôde-se concluir que a comunidade de aves da área de estudo é composta predominantemente por espécies generalistas adaptadas a ambientes degradados, com pouca especialização quanto a sítios de forrageamento e/ou reprodução e com baixa sensibilidade à fragmentação florestal.

2.4 MEIO SÓCIO- ECONÔMICO

Os estudos apresentados consideraram como a área de estudo – AE (figura 07) para o meio socioeconômico o local onde se encontra a área alvo para intervenção, e também o seu entorno. Assim, a AE foi delimitada sendo o entorno imediato da área de intervenção, contemplando as ocupações mais próximas. A Área Diretamente Afetada – ADA é aquela que sofrerá as reais alterações para a implantação do empreendimento.

Figura 06. Delimitação da área de estudo de socieconomia.



Fonte: EIA, Salus Fundo de Investimento Imobiliário, 2012.

O empreendimento em questão possui a sua localização dentro do Distrito Industrial de Araguari/MG. O Distrito Industrial de Araguari/MG pertence à Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais – CODEMIG, com uma área territorial de 868.080 m³, sendo que 63% é considerado como sendo uma área propícia para a implantação de industriais. De acordo com o estudo ambiental apresentado atualmente existem projetadas 41 indústrias sendo que 08 estão paralisadas e 03 em processo de construção.

No município de Araguari/MG dentre as principais atividades econômicas destaca-se a agricultura, com o cultivo café, soja, milho, maracujá, girassol e ainda é o maior produtor de tomate do Estado de Minas Gerais. No entanto, o setor terciário, especificamente a área de serviços é uma das que mais gera empregos no município de Araguari/MG.

A implantação do terminal de Araguari/MG irá promover a abertura de 400 postos de trabalho diretos e outros 900 indiretos para execução das atividades construtivas e prestação de serviços. Aliado a isso, estima-se que o novo empreendimento irá contribuir para o desenvolvimento do agronegócio brasileiro no sentido do escoamento das produções agrícolas até o Porto de Tubarão/ES, e ainda na importação de fertilizantes, insumos fundamentais e necessários a uma agricultura mais tecnificada.



3.0 INTERVENÇÕES EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

O imóvel em questão não possui área de preservação permanente.

4.0 ÁREA DE RESERVA LEGAL

A unidade industrial está localizada dentro do distrito industrial de Araguari/MG. Portanto, não se aplica a constituição de reserva legal.

5.0 AVALIAÇÕES DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL E IMPACTOS APONTADOS NO EIA NA FASE DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DO EMPREENDIMENTO.

- **Aumento dos níveis de pressão sonora**

Durante a implantação e operação do empreendimento existirão diversas fontes emissoras de ruídos tais como betoneiras de concreto, serras de corte (madeira e ferragem), plainas, vibradores, tratores, escavadeiras e caminhões. No entanto, existe um predomínio de fonte móvel não sendo considerados ruídos contínuos. Há ainda a possibilidade de vibrações durante a fase de construção decorrente de perfuração no solo e estaqueamento. Com o objetivo de minimizar os efeitos deste impacto foi apresentado no âmbito do processo de licenciamento ambiental o Programa de gestão ambiental das obras e o programa de monitoramento de ruídos.

- **Alterações da qualidade do ar**

O Estudo de Impacto Ambiental aponta que durante a fase de instalação do parque industrial ocorrerá à construção de vias de acesso, preparação do terreno, fundações e obras civis em geral, existindo grande movimentação de veículos pesados na área para remoção de terra e entulhos e recebimento de materiais diversos para as obras. A esta movimentação está associada a emissão típica de veículos a diesel e também partículas do solo (poeira), causado pelo deslocamento dos veículos, incrementado a concentração de material particulado na área. Essa geração não ocorrerá de forma contínua sendo restrita a fase de instalação do empreendimento. As medidas previstas para contenção do material particulado oriundo das obras incluem: umedecer, duas vezes ao dia as vias da obra e as vias de acesso; permitir apenas que caminhões lonados e com capacidade de carga suficiente acesse o local, evitando derrames pelo deslocamento; umectar o topo do material colocado no caminhão antes de seu lonamento; recolher, sistematicamente os derrames que accidentalmente possa acontecer; lavar rodas dos veículos que entrarem em contato com os solos revolvidos;

Em relação às emissões provenientes de máquinas, veículos e equipamentos, a revisão destes garante a sua correta regulagem e lubrificação, evitando folgas e vazamentos que possam funcionar com fontes de poluição. No entanto, a empresa contratada para as obras deverá realizar a fiscalização rotineira dos veículos e máquinas em operação, exigindo padrões operacionais compatíveis e emissões adequadas dentro dos limites legais existentes.

- **Geração de Resíduos**



A geração de resíduos na etapa de implantação caracteriza-se por entulho, como resquícios de terra, areia, cimento, madeira, ferragens, argamassas, gesso, papelão, materiais cerâmicos e plásticos, decorrentes do próprio processo de construção. Existe ainda a geração de resíduos classe I, tais como solventes e tintas para aplicação em estruturas metálicas.

Com o intuito de minimizar e destinar adequadamente os resíduos gerados foi apresentado o Plano de Gestão das Obras e o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil. Vale destacar que a empresa deverá informar ao órgão ambiental o destino e a quantificação dos resíduos gerados e ainda destinar todos os resíduos provenientes da construção civil para empresas devidamente licenciadas.

- **Efluentes domésticos**

Durante a obra ocorrerá à geração de efluentes líquidos domésticos compostos pelos descartes provenientes dos trabalhadores. No local não existe rede de esgoto do sistema público de coleta, a empresa apresentou um Programa de Controle dos Efluentes Líquidos que prevê a instalação de um sistema de tratamento de efluentes domésticos. O sistema é composto por gradeamento, desarenador, tanque séptico, seguido de filtro anaeróbico e sumidouro. Assim, os efluentes sanitários receberão tratamento em níveis preliminar, primário, secundário para posterior infiltração via sumidouro, conforme projeto apresentado.

- **Limpeza da área**

Com a implantação do canteiro de obras ocorreu à limpeza da área, que resultou na retirada de gramíneas não apresentando rendimento lenhoso. A infraestrutura implantada no local não permite a regeneração natural. No entanto, para amenizar este impacto o empreendedor apresentou um Projeto Paisagístico com o respectivo Projeto de Recomposição Florestal (PTRF) que será implementado dentro do pátio industrial da empresa.

Com a limpeza da área, terraplanagem e compactação do solo existe a possibilidade de escorrimento superficial de água com potencial de causar processos erosivos e ainda carreamento de resíduos sólidos. No entanto, a empresa apresentou alguns programas ambientais tais como o Plano de Gestão Ambiental das Obras, Plano de Gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil e a implantação de projeto de drenagem com intuito de evitar a ocorrência de processos erosivos e carreamento de sólidos para o corpo hídrico.

- **Vibrações**

Durante a fase de operacionalização do empreendimento ocorrerá à transmissão de vibração proveniente do trânsito de locomotivas no interior do terminal, sistemas de vibração dos terminais de fertilizantes (moega) e ainda do deslocamento de caminhões e carretas entre a rodovia MG – 028 e o terminal. É importante destacar que o empreendimento está localizado dentro do Distrito Industrial de



Araguari e com baixa densidade populacional do entorno imediato ao terreno. O empreendedor apresentou dados obtidos nas medições de vibração realizadas no entorno do terminal e os dados aferidos encontram-se abaixo do limite para a ocorrência de danos a pessoas e construções. A empresa apresentou um programa de monitoramento das vibrações que deverá ser executado, conforme apresentado junto ao órgão ambiental.

- **Contaminação do solo e das águas por hidrocarboneto**

O posto de abastecimento a ser implantado é composto de SAAC- Sistema de Armazenamento Aéreo de Combustível. Os riscos ambientais potenciais seriam os possíveis vazamentos ou derramamentos de produtos relacionados aos tanques aéreos verticais e às linhas de distribuição de combustíveis na operação de descarga e abastecimento. No entanto, o empreendedor apresentou um Projeto executivo de construção do local de abastecimento de vagões. A execução do respectivo projeto deverá atender a todas as medidas de proteção e controle previstas nas Normas da ABNT relativas a sistemas de armazenagem e abastecimento de óleos combustíveis e lubrificantes. O empreendedor apresentou ainda o Plano de Monitoramento da Qualidade das Águas e Plano de Monitoramento da Qualidade dos Solos.

- **Efluentes líquidos Industriais**

Os efluentes líquidos industriais no presente caso são aqueles provenientes da lavagem de vagões que chegarão com uréia para descarregar para posterior carregamento com grãos. Conforme estudo apresentado estima-se um consumo de 8.533 litros de água para cada composição de 40 (quarenta) vagões, onde apenas parte deles virá carregada com uréia. O sistema de tratamento proposto para atender ao empreendimento compreenderá um sistema de tratamento misto compreendido por processo biológico e físico químico, sendo o projeto de montagem de inteira responsabilidade da empresa Alfamec. Conforme projeto apresentado a fonte poluidora corresponderá a uma lavador de vagões carregados de uréia e exigirá um processo biológico a montante do tratamento físico-químico para sua desnitrificação, reduzindo as cargas e equalizando o efluente bruto caso surja algum composto desconhecido e não proposto no projeto. O processo físico-químico será essencial para clarificação e desinfecção do tratamento para condições de reutilização. Após todas as etapas do sistema de tratamento a água será armazenada em uma caixa d' água, a fim de que se faça o uso da mesma posteriormente.

No entanto, a empresa deverá comprovar junto ao órgão ambiental a correta instalação do sistema de tratamento proposto nos estudos ambientais. Já na fase de operação a empresa deverá fazer periodicamente o correto monitoramento dos efluentes líquidos industriais, domésticos e oleosos e os parâmetros para descarte deverão estar dentro daqueles estabelecidos nas normas ambientais.

6.0 PROGRAMAS E PLANOS AMBIENTAIS PROPOSTOS

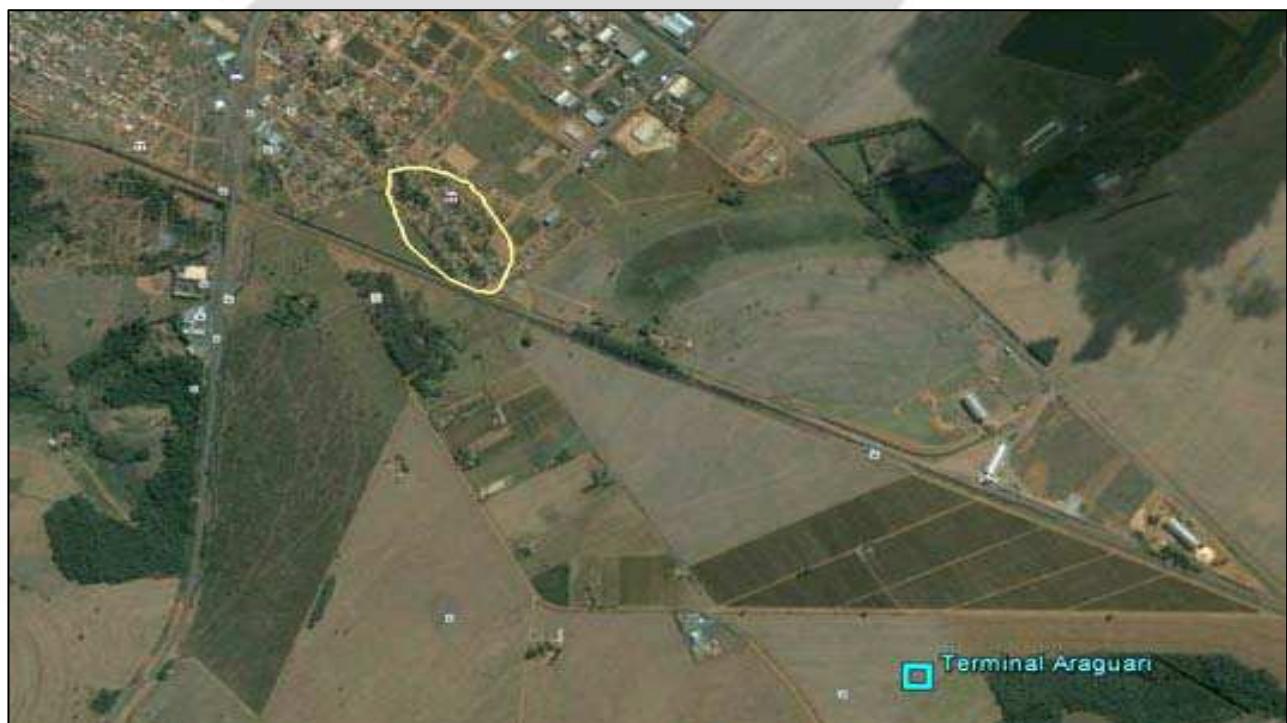


Com o objetivo de minimizar os impactos advindos da instalação do empreendimento, foram propostos alguns programas e planos ambientais listados a seguir.

- **Programa de Monitoramento da Qualidade do ar**

Conforme apresentado no estudo ambiental o monitoramento das concentrações de PM-10 deverá ser executado na localidade sugerida na figura xxx à noroeste e distante entre 2.000 a 2.300 metros de distância do empreendimento.

Figura 07 – Área do ponto de monitoramento da qualidade do ar



Fonte: PCA, Salus Fundo de Investimento imobiliário, 2012.

As medições de PM-10 seguirão os procedimentos preconizados pela NBR 13.142 e seus resultados serão comparados com os padrões primários da qualidade do ar para PM-10, quais sejam: concentração máxima de 24 horas de 150 $\mu\text{g}/\text{m}^3$ que não deve ser ultrapassada mais de uma vez ao ano (padrão diário) e concentração média aritmética anual de 50 $\mu\text{g}/\text{m}^3$. (PCA, Salus Fundo de Investimento Imobiliário, 2012).

- **Programa de Monitoramento das Emissões Atmosféricas**

Na construção do terminal foram apontadas poeiras em suspensão (material particulado) e as emissões que serão provenientes da queima de combustíveis fósseis pelos veículos, máquinas e equipamentos que serão utilizados nas obras. Na fase de operação as emissões serão provenientes de fontes fixas e também de fontes móveis. Para controle das emissões atmosféricas apontadas no EIA, são propostas diversas ações que se complementam para a mitigação dos possíveis impactos, as ações propostas



compreenderão; sistemas coletores de pó; programa de monitoramento da qualidade do ar; programa de monitoramento das emissões atmosféricas, dector de gás amônia no ambiente e plano de ação emergencial (PAE) considerando a presença de amônia. Na etapa de operação, as emissões das fontes pontuais do terminal – moega ferroviária; transporte, transferência e descarga dos fertilizantes; tulhas rodoviárias – serão controladas com a utilização de sistemas de despoieramento baseados na filtragem das partículas e a eficiência de retenção deverá estar em conformidade com os padrões estabelecidos na Deliberação Normativa COPAM 11/86 que é de 150 mg/Nm³.

- **Programa de Monitoramento dos Efluentes Líquidos Sanitários e Industriais**

O monitoramento possui como objetivo acompanhar a eficiência do sistema de tratamento implantado, identificando assim possíveis irregularidades ou deficiências no equipamento adotado e possibilitando a adoção de medidas corretivas. O monitoramento deve ocorrer nos sistemas de tratamento de efluentes sanitários, sistema separador de água e óleo do ponto de abastecimento de vagões e efluentes líquido industrial, sendo que os parâmetros aferidos deverão estar em conformidade com a Resolução COPAM/CERH 01/2008 e Resolução CONAMA 357/2005.

O estudo protocolado ainda aponta que os métodos para análise dos parâmetros devem atentar, em especial, aqueles especificados pela APHA, AWWA, WCPF Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater, ou outros definidos e convencionados por outras entidades de notório saber, sempre em suas últimas edições.

- **Plano de Gerenciamento de resíduos**

Os resíduos gerados na obra e durante a operação do empreendimento serão devidamente segregados conforme a sua classe e ainda a sua destinação deverá ser feita em conformidade com as normas ambientais vigentes. Esta previsto a construção de um galpão para armazenamento de resíduos, para posterior destinação. É interessante salientar que os resíduos sólidos gerados devem ser monitorados mensalmente durante toda a obra, através da avaliação e medição da geração dos mesmos para posterior destinação ambiental. A destinação dos resíduos gerados deve ser feita para empresas devidamente regularizadas do posto de vista ambiental.

- **Plano de Gestão Ambiental das Obras**

O programa de gestão ambiental das obras apresentado envolve um conjunto de ações que procura garantir condições ambientais adequadas dentro do perímetro de intervenções durante a instalação do empreendimento. Este programa tem interface direta com os demais programas e planos ambientais propostos. Possui um foco ambiental destacando a gestão dos resíduos, efluentes líquidos, emissões



atmosféricas, ruídos e sinalização da obra, ou seja, um acompanhamento durante a etapa de implantação do empreendimento.

- **Plano de monitoramento de ruídos**

O plano de monitoramento de ruídos possui como objetivo avaliar por meio de medições periódicas, os níveis de ruídos gerados pelo empreendimento durante a implantação e a operação do mesmo, em locais de seu entorno, visando caracterizar os valores reais desses níveis acústicos. Conforme apresentado os procedimentos de medição deverão ser realizados em conformidade com as normas NBR 10.151/2000 e NBR 7731/1983. Na fase de implantação está previsto campanhas de medição com o objetivo de caracterizar os níveis sonoros provenientes das atividades do canteiro de obras, sendo que as aferições deverão ocorrer no período diurno já que a instalação do empreendimento ocorrerá neste período. Durante a fase de operação do empreendimento serão realizadas campanhas de medição com o objetivo de caracterizar os níveis sonoros gerados pelas atividades de rotina do empreendimento. No entanto, todas as medições deverão estar dentro dos limites determinados pela legislação ambiental em vigência.

- **Programa de Monitoramento de Vibrações**

De acordo com os estudos ambientais apresentados as vibrações compreendem um movimento periódico ou aleatório de um elemento, tais como a passagem das composições e os sistemas vibradores nas áreas de carregamento e descarregamento, como umas das principais fontes potenciais com destaque a passagem de caminhões se deslocando entre a rodovia MG 028. As vibrações podem ser caracterizadas pelo deslocamento, velocidade ou aceleração. Assim, o programa de monitoramento de vibrações possui como objetivo monitorar e acompanhar os valores para vibrações geradas no empreendimento em locais de suposto incômodo, avaliando a adequabilidade das mesmas junto ao uso e ocupação que venha a ser atingido, antecipando possíveis problemas e permitindo avançar com soluções. Conforme o estudo apresentado para avaliar as vibrações deverá ser realizado ensaio contendo medições de aceleração de partícula em locais de suposto incômodo no entorno do empreendimento. A empresa propõe monitorar 04 (quatro) pontos, conforme figura abaixo.

Figura 08 – Localização de pontos de monitoramento de vibrações



Fonte: PCA, Salus Fundo de Investimento Imobiliário, 2012.

O estudo ambiental apresentado afirma que as medições de vibração devem ser realizada por empresa certificada com Reconhecimento de Competência emitido pela Rede Metrológica de Minas Gerais, segundo os requisitos estabelecidos na ABNT NBR ISO/IEC17025:2005 para realização de ensaios de medição de vibração ambiental.

- **Plano de Monitoramento da Qualidade das Águas**

O EIA protocolado aponta que o terreno da unidade industrial encontra-se limítrofe a um remanescente de vegetação que abriga nascentes. A topografia e a morfologia do terreno indicam que as contribuições por deflúvios superficiais irão verter para sudeste na direção do local onde se encontra o remanescente. O programa apresentado salienta que deverão ser monitorados o início do Córrego Grande (um pouco abaixo das nascentes) e as águas subterrâneas, estes últimos a partir dos poços tubulares que estão previstos para abastecer o empreendimento com água. Dois desses pontos sugeridos devem coincidir com aqueles empregados no diagnóstico ambiental da qualidade das águas superficiais e subterrâneas, utilizando-se dos valores aferidos para fins de comparação futura. As análises de águas superficiais deverão atender aos preceitos legais da Resolução COPAM/CERH 01/2008 e as águas subterrâneas de acordo com a Resolução CONAMA 396/2009.



- **Plano de Monitoramento da qualidade dos solos**

O plano de monitoramento da qualidade do solo possui como objetivo diagnosticar possíveis efeitos sobre o solo com possíveis lançamentos acidentais advindos das áreas operacionais do terminal, tais como armazenagem de fertilizantes e lavagem de vagões.

Serão feitas amostragem na camada de 0,5 metros observando os parâmetros estabelecidos na Deliberação Normativa COPAM Nº 166, de 29 de junho de 2011. O monitoramento destes parâmetros deverá ocorrer após a operação do empreendimento.

7.0 COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

A compensação ambiental prevista no artigo 36 da lei nº 9.985/2000, consiste na obrigação imposta ao empreendedor, nos casos de atividade de significativo impacto ambiental, de apoiar a implantação e manutenção de unidades de conservação da natureza integrantes do grupo de proteção integral.

A compensação ambiental possui caráter nitidamente econômico. A lei, ao determinar a fixação do percentual da compensação de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento (artigo 36 § 1º), acaba por inserir a variante ambiente no planejamento econômico do empreendimento potencialmente poluidor. No entanto, a cobrança da compensação ambiental fundamenta-se no estudo prévio de impacto ambiental e seu respectivo relatório – EIA/RIMA.

Cumpri definir, portanto, quais são os significativos impactos ambientais identificados no EIA, que ensejam a cobrança da compensação. O Decreto Estadual 45.175 de 17 de setembro de 2009, estabelece a metodologia de graduação de impactos ambientais e procedimentos para fixação e aplicação da compensação ambiental, abordando em seu anexo único os indicadores ambientais para o cálculo do grau de impactos ambientais. Apoando-se nesses indicadores ambientais, observamos a ocorrência dos seguintes impactos:

- *interferências em áreas consideradas prioritárias para a conservação da biodiversidade, de acordo com os documentos oficiais vigentes;*
- *interferências em áreas especialmente protegidas ou em áreas localizadas num raio de 10km dos limites de unidades de conservação do grupo de proteção integral ou em suas zonas de amortecimento;*
- *interferências em reservas da biosfera, biomas vulneráveis ou ameaçados e ecossistemas raros e de localização restrita, conforme disposto no art. 30 da Lei Estadual nº 14.309, de 19/06/2002;*
- *supressão de vegetação nativa, que acarrete, dentre outros:*
 - 1)*redução da riqueza de espécies da fauna e flora;*
 - 2)*comprometimento da paisagem natural;*
- *perda da quantidade e/ou qualidade das águas superficiais e subterrâneas;*
- *emissão e lançamento de gases na atmosfera, que contribuam para as mudanças climáticas globais;*



- ***Emissão de sons e ruídos residuais.***

Sendo assim, será condicionado à aplicação da compensação ambiental da Lei nº 9.985/2000 para o empreendimento em análise nos termos do art. 6º § 1º do Decreto Estadual 45.175/2009.

8.0 CONTROLE PROCESSUAL

O processo encontra-se formalizado e instruído corretamente no tocante à legalidade processual, haja vista a apresentação dos documentos necessários e exigidos pela legislação ambiental em vigor, conforme enquadramento no disposto da Deliberação Normativa nº 74/2004.

Com relação ao local e o tipo de atividade desenvolvida pelo empreendimento, ressalta-se que o mesmo encontra-se em conformidade com as leis e os regulamentos administrativos municipais, conforme declaração emitida pela Prefeitura Municipal de Araguari/MG.

9.0 CONCLUSÃO

A equipe de análise deste processo, do ponto de vista técnico e jurídico, opina pelo deferimento da concessão da Licença de Instalação Corretiva (LIC) com prazo de validade de 03 (três) anos para o empreendimento Salus Fundo de Investimento Imobiliário - FII, aliadas às condicionante listada no Anexo Único, a todas as medidas mitigadoras apontadas nos estudos ambientais, ouvida a Unidade Regional Colegiada do Conselho Estadual de Política Ambiental do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Cabe esclarecer que a SUPRAM TMAP não possui responsabilidade técnica sobre os projetos dos sistemas de controle ambiental e programas de treinamento aprovados para implantação, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos, de inteira responsabilidade da própria empresa, seu projetista e/ou prepostos. **Qualquer mudança promovida no empreendimento, que venha a alterar sua condição original deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.**

Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas nos anexos deste Parecer Único poderão ser resolvidos junto à própria SUPRAM, mediante análise técnica e jurídica, deste que não alterem o mérito/conteúdo das condicionantes

| Data: 17/09/2012 | | |
|--------------------------------|---------------------------|-------------------|
| Equipe Interdisciplinar | Registro de classe | Assinatura |
| Amilton Alves Filho | | |
| Alexssandre Pinto de Carvalho | | |
| Beatriz Bessa da Silva | | |
| Ricardo Rosa Milha Bello | | |
| Kamila Borges Alves | | |
| José Roberto Venturi | | |



ANEXO I

| Processo COPAM Nº SALUS FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO – FII | | Classe/Porte: 6 /G |
|---|--|----------------------------------|
| Empreendimento: SALUS FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO – FII | | |
| Atividade: Terminal de produtos químicos e petroquímicos | | |
| Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação. | | |
| Localização: Prolongamento da Rua Otacílio Pinto de Oliveira nº 3005 – Setor Industrial | | |
| Município: Araguari/MG | | |
| Referência: CONDICIONANTES DA LICENÇA | | VALIDADE: 3 anos |
| ITEM | DESCRÍÇÃO | PRAZO |
| 1 | Protocolar perante a Gerência de Compensação Ambiental do Instituto Estadual de Florestas-IEF, processo de compensação ambiental, conforme procedimento estipulado pela Portaria IEF n. 55 de 23 de abril de 2012. | 30 dias |
| 2 | Apresentar relatórios semestrais dos planos ou programas a serem desenvolvidos na fase de instalação do empreendimento. - Plano de Monitoramento de emissões ruidosas - Plano de Gestão Ambiental das Obras (PGA). - Plano de Gerenciamento dos resíduos na construção civil (PGRCC). | Durante a vigência da LI. |
| 3 | Apresentar relatório/fotográfico comprovando a implantação dos sistemas de controle ambiental adotados para o gerenciamento de efluentes líquidos, conforme descrito nos estudos ambientais. - Sistema de tratamento de esgoto sanitário - Sistema de drenagem oleosa - Projeto de drenagem pluvial - Estação de tratamento de efluentes líquidos químicos (ETEQ). | Na Formalização da LO |
| 4 | Em Relação ao Posto de abastecimento comprovar a instalação de acordo com todas as medidas de proteção e controle elencadas nas normas da ABNT. | Na Formalização da LO. |
| 5 | Após aprovado pela FEAM, apresentar relatório comprovando a instalação da Estação Automática para monitoramento de parâmetros meteorológicos e de poluentes atmosféricos. | Na Formalização da LO. |
| 6 | Comprovar a execução do projeto paisagístico e do Projeto Técnico de Reconstituição da Flora (PTRF). | Na Formalização da LO. |
| 7 | Apresentar certificado de outorga dos poços tubulares previstos para o empreendimento. | Na Formalização da LO. |
| 8 | Apresentar relatório quali-quantitativo de todos os resíduos sólidos gerados durante as obras de ampliação da unidade industrial, bem como a destinação de todos os resíduos gerados de acordo com anexo III | Semestral |



| | | |
|-----------|---|----------------------------------|
| 9 | Comprovar a instalação do galpão destinado ao armazenamento temporário de resíduos sólidos, conforme proposto no Plano de Controle Ambiental | Na Formalização da LO. |
| 10 | Apresentar Programa de Educação Ambiental para o empreendimento em questão. | 90 dias |
| 11 | Apresentar semestralmente relatórios contemplando a execução de todos os programas e planos apresentados e realizados pelo empreendimento. | Durante a Vigência da LI. |
| 12 | Relatar a essa SUPRAM todos os fatos ocorridos na unidade industrial que causem impacto ambiental negativo, imediatamente após sua constatação. | Durante a Vigência da LI. |
| 13 | Apresentar programa de monitoramento da fauna com cronograma executivo e respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica. | Na Formalização da LO. |

- Contados a partir do recebimento do Certificado da Licença de Instalação Corretiva.

Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas nos Anexos deste parecer único poderão ser resolvidos junto à própria SUPRAM, mediante análise técnica e jurídica, desde que não alterem o mérito/conteúdo das condicionantes.



ANEXO II

1. RESÍDUOS SÓLIDOS

Enviar semestralmente à SUPRAM TM/AP, até o dia 20 do mês subsequente, os relatórios de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados, contendo, no mínimo os dados do modelo abaixo, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

| RESÍDUO | | | | TRANSPORTADOR | | | DISPOSIÇÃO FINAL | | | OBS |
|----------------------|--|--------|--------------------------|---------------|-------------------|-----------|---------------------|----------|--|-----|
| Denominação | Origem | Classe | Taxa de Geração (Kg/mês) | Razão social | Endereço Completo | Forma (*) | Empresa Responsável | | | |
| | | | | | | | Razão | Endereço | | |
| 1- Reutilização (*) | 6- Co- processamento | | | | | | | | | |
| 2- Reciclagem | 7- Aplicação no solo | | | | | | | | | |
| 3- Aterro Sanitário | 8- Estocagem temporária (informar quantidade estocada) | | | | | | | | | |
| 4- Aterro Industrial | 9- Outras (especificar) | | | | | | | | | |
| 5- Incineração | | | | | | | | | | |

Os resíduos devem ser destinados somente para empreendimentos ambientalmente regularizados junto à administração pública. Em caso de alterações na forma de disposição final de resíduos, a empresa deverá comunicar previamente à SUPRAM TMAP, para verificação da necessidade de licenciamento específico.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendimento. As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos que poderão ser solicitadas a qualquer momento para fins de fiscalização deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.